

LICITAÇÃO DA BACIA TRANSVERSAL

Anexo V

Legislação Aplicável

1. APRESENTAÇÃO

O presente anexo apresenta a relação da legislação principal aplicável à operação do Serviço de Transporte Coletivo por Ônibus do Município de Porto Alegre, sem prejuízo de outros atos normativos porventura vigentes ou de futura alteração ou revogação de qualquer norma.

A legislação municipal referida pode ser acessada, em sua íntegra, mediante pesquisa pelo link:

<https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/5519/leis-de-porto-alegre/>

2. – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

2.1. LEIS COMPLEMENTARES

NORMA	DESCRIÇÃO
Lei Complementar nº 12/1975	Código de Posturas do Município de Porto Alegre, com alterações posteriores.
Lei Complementar nº 205/1989	Altera os valores das multas estipulados pela Lei Complementar nº 12, de 07 de janeiro de 1975.
Lei Complementar nº 673/2011	Institui o Programa de Substituição Progressiva da Utilização do Óleo Diesel Convencional e da Mistura Óleo Diesel/Biodiesel – B2 – pelo Biodiesel B15 nos Ônibus e nos Lotações do Sistema de Transporte Público de Passageiros de Porto Alegre e dá outras providências.
Lei Complementar nº 678/2011	Institui o Plano Diretor de Acessibilidade de Porto Alegre.


 prefeitura de
PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - SMAP

Lei Complementar nº 689/2012	Altera o inc. IV do caput do art. 25 da Lei Complementar nº 12, de 7 de janeiro de 1975 – que institui posturas para o Município de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores, estabelecendo como infração o não uso de fones de ouvido em caso de utilização de aparelho sonoro no interior de veículo de transporte coletivo de passageiros, e institui campanha permanente de conscientização da população
Lei Complementar nº 832/2018	Altera a Lei Complementar nº 12, de 7 de janeiro de 1975
Lei Complementar nº 841/2018	Altera o § 2º do art. 71 da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973 – que institui e disciplina os tributos de competência do Município –, estendendo a vigência da isenção para o serviço público de transporte coletivo por ônibus.
Lei Complementar nº 874/2020	Altera a Lei Complementar nº 12, de 7 de janeiro de 1975
Lei Complementar nº 879/2020	Estabelece procedimentos e prazos para a apresentação de defesa e recurso nas autuações lavradas no âmbito da execução do serviço de transporte público.
Lei Complementar nº 892/2020	Altera o caput do § 3º do art. 32 da Lei nº 8.133/1998
Lei Complementar nº 896/2021	Altera o § 2º do art. 71 da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973 – que institui e disciplina os tributos de competência do Município –, e alterações posteriores, estendendo a vigência da isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) para o serviço público de transporte coletivo por ônibus.

Lei Complementar nº 900/2021	Altera a Lei Complementar nº 12, de 7 de janeiro de 1975
Lei Complementar nº 902/2021	Altera a Lei Complementar nº 12, de 7 de janeiro de 1975
Lei Complementar nº 931/2021	Altera o caput do art. 1º e o caput do art. 2º, inclui incs. I e II no art. 1º e revoga o parágrafo único do art. 2º da Lei Complementar nº 362, de 28 de dezembro de 1995 – que cria o “Passo Livre” no Sistema de Transporte Coletivo de Porto Alegre e dá outras providências –, modificando as datas em que ocorre a isenção tarifária por essa instituída.
Lei Complementar nº 973/2023	Cria o Conselho Municipal de Mobilidade Urbana (Commu).

2.2. – LEIS ORDINÁRIAS

NORMA	DESCRIÇÃO
Lei nº 6.075/1988	Estabelece a exoneração do pagamento da tarifa, na falta de troco - "Lei do Troco"
Lei nº 6.836/1991	Determina o envio para o Legislativo do processo de cálculo tarifário.
Lei nº 6.839/1991	Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas permissionárias e/ou concessionárias de Porto Alegre que operam no serviço de transporte coletivo de passageiros a realizarem cursos de treinamento a seus motoristas.
Lei nº 6.848/1991	Institui a comercialização antecipada de passagens do transporte coletivo público.
Lei nº 6.997/1992	Institui boletim de acompanhamento diário (BAD) para o controle da operação e censo de passageiros no sistema de transporte coletivo.



prefeitura de
PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - SMAP

Lei nº 7.097/1992	Obriga as empresas operadoras do sistema de transporte coletivo a fornecerem à SMT a relação dos veículos em operação por linha.
Lei nº 7.664/1995	Altera a Lei nº 6997/1992.
Lei nº 7.784/1996	Altera a Lei nº 6998/1992.
Lei nº 7.820/1996	Altera a Lei nº 6442/1989.
Lei nº 7.958/1997	Dispõe sobre o reajuste da tarifa do transporte coletivo.
Lei nº 8.023/1997	Altera a Lei nº 7958/1997.
Lei nº 8.133/1998	Dispõe sobre o Sistema de Transporte e Circulação no Município de Porto Alegre, adequando a legislação municipal à federal em especial ao Código de Trânsito Brasileiro.
Lei nº 8.247/1998	Dispõe sobre a comercialização antecipada de passagens.
Lei nº 8.323/1999	Altera o inc. VI do §2º e acrescenta inc. IV ao §3º do art. 48 da Lei nº 8133, de 12 de janeiro de 1998, que dispõe sobre o Sistema de Transporte e Circulação no Município de Porto Alegre, adequando a legislação municipal à federal, em especial ao Código de Trânsito Brasileiro, e dá outras providências.
Lei nº 8.890/2002	Assegura às pessoas portadoras de deficiência, usuárias de cadeiras de rodas e cegos, o direito de embarque e desembarque fora dos pontos de parada dos ônibus.
Lei nº 10.905/2010	Relação dos Projetos Pró-Transporte (BRTs).
Lei nº 11.182/2011	Institui a Taxa de Vistoria Veicular e a Taxa de Expedição da Identidade de Condutor do Transporte Público de Passageiros.


 prefeitura de
PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - SMAP

Lei nº 11.277/2012	Determina que os veículos de transporte coletivo do Município de Porto Alegre possuam bancos reservados para utilização exclusiva por idosos, pessoas com deficiência física, gestantes e obesos e que esses bancos estejam
	identificados.
Lei nº 11.333/2012	Substitui, no Anexo da Lei nº 10.905, de 31 de maio de 2010, o projeto BRT Assis Brasil pelo projeto BRT João Pessoa.
Lei nº 11.533/2019, alterada pela Lei nº 11.533/2014	Cria o Programa Parada Segura.
Lei nº 11.541/2014	Inclui § 4º no art. 14 e §§ 1º e 2º no art. 15 da Lei nº 8.133, de 12 de janeiro de 1998 – que dispõe sobre o Sistema de Transporte e Circulação no Município de Porto Alegre, adequando a legislação municipal à federal, em especial ao Código de Trânsito Brasileiro –, alterada pela Lei nº 8.323, de 7 de julho de 1999, estabelecendo categorias de linhas do serviço de transporte coletivo.
Lei nº 11.770/2015	Obriga os consórcios de transporte coletivo a fixar tabelas de horários dos ônibus no início e no fim das linhas.

 prefeitura de
PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - SMAP

Lei nº 11.843/2015	Autoriza o transporte de animais domésticos de pequeno ou médio portes, acompanhados por seus responsáveis, nos meios integrantes do sistema de transporte coletivo, seletivo ou individual do Município de Porto Alegre, das 10h (dez horas) às 16h (dezesesseis horas) e das 21h (vinte e uma horas) às 6h (seis horas), limitado a 4(quatro) animais por viagem, e dá outras providências
Lei nº 12.008/2016	Permite a liberação da catraca, ou a sua não transposição, na utilização dos serviços de transporte coletivo por ônibus, às crianças de até 6 (seis) anos, sem a passagem por baixo desse dispositivo.
Lei nº 12.104//2016	Obriga a instalação de bike racks nos veículos do sistema de transporte coletivo por ônibus do Município de Porto Alegre.
Lei nº 12.105//2016	Determina a divulgação dos números dos telefones gratuitos para denúncias referentes à violência contra a mulher na área interna dos veículos automotores do serviço de transporte público de passageiros do Município de Porto Alegre.
Lei nº 12.362/2017	Cria o Programa de Combate ao Assédio Sexual no Transporte Coletivo.

Lei nº 12.422/2018	Estabelece normas gerais sobre vida útil e fomento à adoção de mecanismos de propulsão advindos de novas tecnologias ecologicamente sustentáveis nos veículos da frota do serviço público de Transporte Coletivo por Ônibus do Município de Porto Alegre
Lei nº 12.509/2019	Fixa critérios para a utilização dos benefícios de isenção tarifária do transporte coletivo por ônibus do Município de Porto Alegre, dispõe sobre a possibilidade de concessão de descontos tarifários e insere art. 32-A na Lei nº 8.133/1998.
Lei nº 12.813/2021	Autoriza a concessão de subsídio tarifário ao Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros no Município de Porto Alegre.
Lei nº 12.823/2021	Determina a prioridade de atendimento no Município de Porto Alegre e garante acesso aos assentos prioritários no transporte coletivo às pessoas que declararem estar em tratamento por meio de quimioterapia, radioterapia ou hemodiálise, utilizar bolsa de colostomia ou estarem em tratamento de outras enfermidades prejudiciais a suas motricidades.
Lei nº 12.910/2021	Institui, no Município de Porto Alegre, o Programa de Extinção Gradativa da Função de Cobrador do Transporte Coletivo por Ônibus.
Lei nº 12.944/2021	Institui o Sistema de Isenções Tarifárias do Transporte Coletivo por Ônibus do Município de Porto Alegre

2.3. - DECRETOS



prefeitura de
PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - SMAP

NORMA	DESCRIÇÃO
Decreto nº 7.482/1980	Institui plano de contas padronizado para empresas de ônibus do Município de Porto Alegre.
Decreto nº 7.514/1980	Institui o Manual de Operações de Veículos Coletivos no Sistema de Faixa Exclusivas para Ônibus no Município de Porto Alegre
Decreto nº 8.098/1982	Cria o Sistema Integrado de Transporte Urbano por Ônibus do Município de Porto Alegre (Situpa) e aprova o seu regulamento operacional
Decreto nº 9.256/1988	Regulamenta a Lei nº 12.944/2021.
Decreto nº 9.415/1989	Regulamenta a emissão e a operacionalização do sistema de vale-transporte. Delega o controle ao órgão executivo do Município.
Decreto nº 9.492/1989	Institui boletins para planejamento e controle do serviço de transporte coletivo
Decreto nº 9.681/1990	Altera o Decreto nº 9492/1989.
Decreto nº 9.821/1990	Regula os procedimentos de execução do sistema tarifário integrado
Decreto nº 9.907/1990	Institui plano de contas e demonstrações contábeis para o serviço de transporte coletivo por ônibus
Decreto nº 10.732/1993	Regulamenta a Lei nº 6839/1991.
Decreto nº 10.736/1993	Regulamenta a Lei nº 6997/1992.
Decreto nº 10.741/1993	Regulamenta a Lei nº 7097/1992.
Decreto nº 10.866/1993	Dispõe sobre a utilização das garagens e funcionários das empresas de transporte coletivo urbano do Município de Porto Alegre.
Decreto nº 11.365/1995	Regulamenta a Lei nº 6848/1991.
Decreto nº 11.515/1996	Regulamenta a Lei nº 7664/1995.



prefeitura de
PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - SMAP

Decreto nº 11.677/1997	Altera o Decreto nº 11314/1995.
Decreto nº 11.683/1997	Regulamenta a Lei Complementar nº 299/1993.
Decreto nº 11.684/1997	Regulamenta a Lei 6.839/1991
Decreto nº 12.241/1999, alterado pelo Decreto nº 12.667/1999	Revoga o Decreto nº 10.942/1994, determinando que a EPTC passará a operar a Central de Passagem Escolar e dando nova regulamentação aos procedimentos para emissão das cadernetas de passagem escolar.
Decreto nº 12.243/1999, alterado pelos Decretos nº 12.345/1999, 15.595/2007e 16.748/2010.	Regulamenta as Leis nº 4454/1978, nº 6442/1989 e nº 5624/1985, dando novo ordenamento ao benefício de gratuidade no Sistema de Transporte Público de Passageiros de Porto Alegre —STPOA.
Decreto nº 12.522/1999	Cria o Sistema de Integração Tarifária do Sistema de Transporte Público de Passageiros de Porto Alegre - STPOA e dá outras providências.
Decreto nº 12.555/1999	Altera o Decreto nº 12.522/1999.
Decreto nº 12.989/2000	Regulamenta os artigos 30 e 31 e parágrafos, da Lei nº 8.133/98, que trata da prática da Tarifa Social Integrada, da racionalização dos custos e da remuneração das concessionárias dos serviços de transporte coletivo de passageiros, de acordo com os períodos de revisões tarifárias estabelecidos pela Lei nº 8.023/1997.
Decreto nº 13.227/2001	Determina o uso do equipamento tipo "transponder" (etiqueta eletrônica) pelas Empresas Permissionárias do Sistema de Transporte Coletivo por Ônibus do Município de Porto Alegre.
Decreto nº 13.470/2001	Altera o Decreto nº 10.866/1993.


 prefeitura de
PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - SMAP

Decreto nº 14.938/2005	Estabelece as condições para a implantação do sistema de bilhetagem eletrônica nos serviços de transporte coletivo do Município de Porto Alegre e dá outras providências.
Decreto nº 17.112/2011	Institui a obrigatoriedade de realização do treinamento de qualificação em acessibilidade pelo pessoal de operação do transporte público por ônibus do Município de Porto Alegre e pelos Agentes de Fiscalização de Trânsito e Transportada Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), visando aperfeiçoar o atendimento aos
Decreto nº 17.123/2011	Altera o Decreto nº 12.241/1999
Decreto nº 19.629/2016	Fixa critérios gerais e prazos de vistoria periódica para os veículos do transporte coletivo por ônibusdo Município de Porto Alegre e revoga o Decreto nº 7.329, de 19 de maio de 1980 e o Decreto nº 15.673, de 1º de outubro de 2007.
Decreto nº 20.930/2021	Altera o Decreto nº 19.629/2016
Decreto nº 17.122/2011	Regulamenta a regra geral de integração, referente à isenção de pagamento da tarifa da segunda viagem do transporte coletivo por ônibusdo Município de Porto Alegre, prevista no § 2º do art. 2º do Decreto nº 16.960, de 8 de fevereiro de 2011.
Decreto nº 17.123/2011	Regulamenta a Lei nº 10.999/2010.


 prefeitura de
PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - SMAP

Decreto nº 17.129/2011	Institui as regras para a integração técnico- operacional e tarifária do Sistema Urbano de Transporte Público de Passageiros do Município de Porto Alegre (STPOA) e do Sistema de Trem Metropolitano operado pela Empresa de TrensUrbanos de Porto Alegre S.A. (TENSURB), com base na interoperabilidade do Sistema de Bilhetagem Eletrônica (SBE).
Decreto nº 18.095/2012	Regulamenta a Lei nº 11.277/2012.
Decreto nº 18.560/2014	Regulamenta o art. 2º da Lei nº 7.958/1997, disciplinando o processo de revisão tarifária do transporte coletivo por ônibus.
Decreto nº 18.579/2014	Autoriza o Município a delegar, mediante concessão, a prestação e exploração dos serviços de transporte coletivo de passageiros por ônibus.
Decreto nº 18.937/2015	Altera o Decreto nº 18.560/2014, que regulamenta o art. 2º da Lei nº 7.958/1997, dispondo sobre itens da planilha de cálculo tarifário do Sistema de Transporte Coletivo por Ônibus.
Decreto nº 18.942/2015	Altera o Decreto nº 18.560/2014, e revoga o Decreto nº 18.937/2015, dispondo sobre itens da planilha de cálculo tarifário do Sistema de Transporte Coletivo por Ônibus.
Decreto 19.026/2015	Altera o Decreto nº 18.579/2014, que autoriza o Município a delegar, mediante concessão, a prestação dos serviços de transporte coletivo de passageiros, por ônibus e dá outras providências.
Decreto nº 19.629/2016	Fixa critérios gerais e prazos de vistoria periódica para os veículos do transporte coletivo por ônibus do Município de Porto Alegre
Decreto nº 20.930/2021	Altera o Decreto nº 19.629/2016

Decreto nº 21.352/2022	Regulamenta o inc. III do art. 4º da Lei nº 12.910/2021
Decreto nº 21.406/2022	Regulamenta a Lei nº 12.944/2021
Decreto nº 21.824/2022	Regulamenta a Lei nº 12.422/2018
Decreto nº 21.868/2023	Altera o Decreto nº 21.406/2022

2.4. RESOLUÇÕES

2.4.1 RESOLUÇÕES DA EPTC

NORMA	DESCRIÇÃO
Resolução nº 2/2021	Disciplina os procedimentos operacionais para a aplicação da Lei nº 8.890, de 9 de abril de 2012, que assegura aos usuários do transporte coletivo municipal com deficiência, usuários de cadeiras derodas e cegos o direito de embarque e desembarque fora dos pontos de parada dosônibus.
Resolução nº 1/2022	Autoriza a operação do serviço de Transporte Coletivo por Ônibus com a realização de viagens sem a presença de cobrador, nas linhas que específica
Resolução nº 2/2022	Estabelece os procedimentos para a concessão e renovação do Cartão de Bilhetagem Eletrônica deisenção - Passage Escolar.
Resolução nº 3/2022	Estabelece os procedimentos para a concessão e renovação do Cartão de Bilhetagem Eletrônica de isenção – soldados da Brigada Militar ou Corpo de Bombeiros Militar.


 prefeitura de
PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - SMAP

Resolução nº 4/2022	Estabelece os procedimentos para a concessão e renovação do Cartão de Bilhetagem Eletrônica de isenção – pessoa hipossuficiente com deficiência permanente física, mental, auditiva ou visual e a pessoa que vive com HIV ou aids que seja atendida pelos serviços de saúde no âmbito do Município de Porto Alegre.
Resolução nº 5/2022	Estabelece os procedimentos para a concessão e renovação do Cartão de Bilhetagem Eletrônica de isenção – crianças ou adolescentes necessitado ematriculado ou vinculado nas entidades assistenciais.
Resolução nº 7/2022	Autoriza a operação do serviço de Transporte Coletivo por Ônibus com a realização de viagens sem a presença de cobrador, nas linhas que especifica.
Resolução nº 8/2022	Autoriza a operação do serviço de Transporte Coletivo por Ônibus com a realização de viagens sem a presença de cobrador, nas linhas que especifica.
Resolução nº 9/2022	Autoriza a operação do serviço de Transporte Coletivo por Ônibus com a realização de viagens sem a presença de cobrador, nas linhas que especifica.
Resolução nº 11/2022	Autoriza a operação do serviço de Transporte Coletivo por Ônibus com a realização de viagens sem a presença de cobrador, nas linhas que especifica.
Resolução nº 12/2022	Autoriza a operação do serviço de Transporte Coletivo por Ônibus com a realização de viagens sem a presença de cobrador, nas linhas que especifica.
Resolução nº 14/2022	Estabelece o currículo e a carga-horária mínima do Treinamento de Qualificação em Acessibilidade e da Atualização do Treinamento em Acessibilidade do transporte coletivo por ônibus
Resolução nº 15/2022	Autoriza a operação do serviço de Transporte Coletivo por Ônibus com a realização de viagens sem a presença de cobrador, nas linhas que especifica.
Resolução nº 16/2022	Autoriza a operação do serviço de Transporte Coletivo por Ônibus com a realização de viagens sem a presença de cobrador, nas linhas que especifica.

Resolução nº 17/2022	Autoriza a operação do serviço de Transporte Coletivo por Ônibus com a realização de viagens sem a presença de cobrador, nas linhas que especifica.
Resolução nº 21/2022	Autoriza a operação do serviço de Transporte Coletivo por Ônibus com a realização de viagens sem a presença de cobrador, nas linhas que especifica.
Resolução nº 22/2022	Autoriza a operação do serviço de Transporte Coletivo por Ônibus com a realização de viagens sem a presença de cobrador, nas linhas que especifica.
Resolução nº 23/2022	Autoriza a operação do serviço de Transporte Coletivo por Ônibus com a realização de viagens sem a presença de cobrador, nas linhas que especifica.
Resolução nº 25/2022	Autoriza a operação do serviço de Transporte Coletivo por Ônibus com a realização de viagens sem a presença de cobrador, nas linhas que especifica.
Resolução nº 26/2022	Autoriza a operação do serviço de Transporte Coletivo por Ônibus com a realização de viagens sem a presença de cobrador, nas linhas que especifica.

2.4.2 RESOLUÇÕES DA SMT (SMMU)

NORMA	DESCRIÇÃO
Resolução nº 02/2009	Dispõe sobre a Tabela Operacional Prevista (TOP).
Resolução nº 01/2014	Dispõe sobre os procedimentos e normatização para alterações e transferências de veículos no Sistema de Transporte Coletivo por Ônibus de Porto Alegre.
Resolução nº 07/2011	Dispõe sobre os procedimentos de impressão, guarda, preenchimento e fornecimento das informações do Boletim de Acompanhamento Diário – BAD, instituindo o modelo do documento.

Resolução nº 12/2011	Estabelece critério operacional para a utilização da integração técnico operacional e tarifária do Sistema Urbano de Transporte Público de Passageiros do Município de Porto Alegre (STPOA) e do Sistema de Trem Metropolitano operado pela Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (TRENSURB).
Resolução nº 15/2011	Estabelece procedimentos para embarque e desembarque de passageiros conduzindo crianças e/ou bebês em carrinhos nos ônibus da Capital.

3. LEGISLAÇÃO FEDERAL

NORMA	DESCRIÇÃO
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	Constituição Federal
Lei nº 8.666/1993	Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
Lei nº 8.987/1995	Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.
Lei nº 9.503/1997	Institui o Código de Trânsito Brasileiro.
Lei nº 10.048/2000	Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

Lei nº 10.098/2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
Lei nº 10.257/2001	Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana (Estatuto da Cidade).
Lei nº 12.587/2012	Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.
Decreto nº 5.296/2004	Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

4. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT)

NORMA	DESCRIÇÃO
ABNT/NBR 14022	Dispõe sobre a acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiros.
ABNT/NBR 15570	Transporte - Especificações técnicas para fabricação de veículos de características urbanas para transporte coletivo de passageiros.

5. RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN)

NORMA	DESCRIÇÃO
-------	-----------

 prefeitura de
PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - SMAP

Resolução CONTRAN Nº 916 de 2022	Dispõe sobre a concessão de código de marca/modelo/versão, bem como sobre a permissão de modificações em veículos previstas nos arts. 98 e 106 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).
Resolução CONTRAN Nº 445 de 2013	Estabelece os requisitos de segurança para veículos de transporte público coletivo de passageiros e transporte de passageiros tipos micro-ônibus e ônibus, categoria M3 de fabricação nacional e importado.